



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE CACHOEIRINHA EM 12.03.2015

Aos 12 dias do mês de março de 2015, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Cachoeirinha a Excelentíssima Senhora **CARMEN GONZALEZ**, Desembargadora Vice Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da servidora Nádia Beatriz Dadalt, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0000174-51.2015.5.04.0000. A Desembargadora Vice-Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Diretora do Foro SIMONE MARIA NUNES KUNRATH, pelo Coordenador MOISÉS BANDEIRA D'ELLY e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Vice Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS:

Data da instalação da Unidade: 26.10.2005  
Data da última correição realizada: 08.04.2014  
Jurisdição: Cachoeirinha

#### 1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 12.03.2015

### 2. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

#### 2.1. DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juiz Diretor do Foro	Titularidade
Simone Maria Nunes Kunrath	2ª Vara do Trabalho

#### 2.2. SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Cachoeirinha gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional.

##### 2.2.1. Servidores Lotados na Unidade Judiciária



Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Moises Bandeira D' Elly	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Coordenador (CJ1)</b>	31.10.2005
2	Ederson Descovi Farias	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	19.08.2011
3	Marisa Roxo	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	19.06.2007
4	Fabiano Vasconcelos Bezerra	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	27.05.2010
Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Felipe Barbosa Ferreira Gomes	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	28.07.2014
2	Felipe Costa Folador	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	25.05.2009
3	Marcelo Rodrigues Ortiz	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	11.06.2012
4	Zaira Maria Soares Pereira	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	27.10.2005

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.02.2015)

## 2.2.2. Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 7º, parágrafo único, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um



quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

### 2.2.3. Afastamento dos Servidores

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
Servidor	Motivo	Dias de Afastamento	Total	
1	Moises Bandeira D' Elly	Curso ou Evento	11 dias	<b>15 dias</b>
		Curso Parcial (período inferior a 6 horas)	3 dias	
		Licença Tratamento de Saúde – LTS	1 dia	
2	Ederson Descovi Farias	Curso Parcial (período inferior a 6 horas)	5 dias	<b>5 dias</b>
3	Marisa Roxo	Curso ou Evento	5 dias	<b>5 dias</b>
4	Fabiano Vasconcelos Bezerra	Curso ou Evento	7 dias	<b>12 dias</b>
		Curso Parcial	5 dias	
Servidores Lotados na Central de Mandados				
Servidor	Motivo	Dias de Afastamento	Total	
1	Felipe Barbosa Ferreira Gomes	Prazo para deslocamento	30 dias	<b>30 dias</b>
2	Felipe Costa Folador	-	-	-
3	Marcelo Rodrigues Ortiz	Curso ou Evento	1 dia	<b>1 dia</b>
4	Zaira Maria Soares Pereira	Curso ou Evento	1 dia	<b>1 dia</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.02.2015)

### 2.2.4. Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída	
1	Sabrina Campanaro Almeida	14.11.2013	13.04.2014	4 meses e 29 dias	Lotação na 2ª Vara do



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

					Trabalho – Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)
2	Daniela Timm de Oliveira	19.05.2014	15.12.2014	6 meses e 26 dias	Lotação na Seção de Pagamentos dos Servidores do Tribunal – Assistente FC04
Servidores Lotados na Central de Mandados					
	Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Everton Jose da Silva Macedo	10.12.2010	27.07.2014	3 anos, 7 meses e 17 dias	Removido para o TRT da 21ª Região

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.02.2015)

### 2.2.5. Estagiários:

A Unidade Judiciária não conta com estagiário de Direito, conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.02.2015.

### 2.3. CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DURANTE O PERÍODO CORRECIONADO:

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
	Servidor	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
1	Moises Bandeira D' Elly *	20 horas	0	22 horas	<b>42 horas</b>
2	Ederson Descovi Farias	0	0	101 horas	<b>101 horas</b>
3	Marisa Roxo	25 horas	0	83 horas	<b>108 horas</b>
4	Fabiano Vasconcelos Bezerra	0	0	83 horas	<b>83 horas</b>
Servidores Lotados na Central de Mandados					
	Servidor	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
1	Felipe Barbosa Ferreira Gomes	0	0	0	<b>0</b>
2	Felipe Costa Folador	0	4 horas	286 horas	<b>290 horas</b>
3	Marcelo Rodrigues Ortiz	15 horas	4 horas	14,5 horas	<b>33,5 horas</b>
4	Zaira Maria Soares Pereira	0	4 horas	153 horas	<b>157 horas</b>



(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.02.2015)

\* Gestor da Unidade Judiciária.

### 3. ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

Esclareceu o Coordenador que a Coordenadoria realiza a análise da prevenção, em relação os processos eletrônicos que ingressam no Foro Trabalhista de Cachoeirinha, como forma de assegurar que, em havendo repetição de ação, seja distribuída ao juiz prevento. Após, disponibiliza os processos eletrônicos para as Varas, para a triagem inicial.

#### 3.1. EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS

CERTIDÕES NEGATIVAS			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
<b>2013</b>	310	R\$ 1.719,80	R\$ 0,00
<b>Média mensal – 2013</b>	25,83	R\$ 143,32	R\$ 0,00
<b>2014</b>	555	R\$ 3.069,31	R\$ 0,00
<b>Média mensal - 2014</b>	46,25	R\$ 255,78	R\$ 0,00
<b>Varição 2013-2014</b>	79,03%	78,47%	-
<b>2015 (até janeiro)</b>	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 23.02.2015)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram recebidas pela Unidade, em média, 46,25 solicitações de emissão de certidão negativa por mês em 2014. Em relação ao ano anterior, registrou-se aumento de 79,03% na média de certidões expedidas mensalmente.

Em regra, as certidões negativas solicitadas são entregues em 48 horas, conforme informado pelo Coordenador. Em havendo urgência e tendo servidor disponível, as certidões são expedidas no ato. A documentação necessária para confecção da certidão é conferida ao ser protocolado o requerimento e devolvida à parte. Após a expedição da certidão, os requerimentos originais e a guias comprovante de recolhimento de emolumentos (GRU) são enviados ao arquivo do Foro.

Informou o Coordenador que, em relação ao PJe, às vezes é verificada divergência entre o número de processos resultante da consulta ao link disponibilizado e aqueles relacionados no próprio sistema de consulta do PJe.

#### 3.2. UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

##### 3.2.1. Reclamadas



UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS				
		Unificadas	Não unificadas	Total
<b>Reclamadas</b>		5.881 – 26,64%	16.192 – 73,36%	22.073
<b>Processos com reclamadas</b>		27.848 (Totalmente) – 53,04%	19.394 – 36,94%	52.504
		5.262 (Parcialmente) – 10,02%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.03.2015)

Em observância ao disposto no §º4 do art. 41 da CPCr, os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região.

Segundo as informações prestadas pelo Coordenador, sempre que possível são verificados os andamentos dos processos ativos, visualizando notificações e/ou mandados que tiveram resultado positivo nas notificações/intimações, unificando os dados e também excluindo cadastros em duplicidade. São utilizadas também ferramentas como acesso à JUCERGS, Receita Federal, sistema HOD e outras ferramentas na internet que possam justificar a unificação dos endereços nos cadastros. Nos peticionamentos, quando juntadas procurações, estatutos, contrato social pelas rés, também são comparados os endereços informados com os dados do inFOR, permitindo assim algumas retificações e unificações.

De acordo com os dados do sistema informatizado, consultados no dia 02.03.2015, apenas 26,64% das reclamadas do Foro de Cachoeirinha encontravam-se com cadastro unificado, existindo mais de 16 mil reclamadas com cadastro não unificado. Os processos com cadastro de reclamadas totalmente unificado representavam 53,04% dos processos que tramitam na Comarca.

Esses números apontam ausência de evolução em relação aos dados colhidos na Inspeção Correccional de 2014, cujos percentuais alcançavam 24,85% de reclamadas unificadas e 52,34% de processos com cadastros de reclamadas totalmente unificados.

Esclareceu o Coordenador que apenas são unificados os dados das reclamadas em relação às quais há certeza quanto ao endereço e razão social, salientando a dificuldade de localização de demandados na região, a frequente alteração de seus endereços e a grande quantidade de empresas de pequeno porte. Salientou, ainda, que nem sempre as Varas repassam à Coordenadoria os dados atualizados que obtêm, o que também dificulta a unificação cadastral.

### 3.2.2. Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
		Unificados	Não unificados	Total
<b>Endereços dos Advogados</b>		11.548 - 68,46%	5.321 – 31,54%	16.869
<b>Processos com Endereços de Advogados</b>	<b>Reclamante</b>	19.570 (Totalmente) – 37,27%	32.846 – 62,56%	52.504
		88 (Parcialmente) – 0,17%		



	Reclamada	20.738 (Totalmente) – 39,50%	28.362 – 54,02%	
		3.404 (Parcialmente) – 6,48%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.03.2015)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 68,46% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Cachoeirinha encontravam-se unificados, restando 5.321 endereços de advogados não unificados. Além disso, nos processos cadastrados no Foro, os endereços dos advogados de reclamantes e reclamadas vinculados totalmente unificados representam apenas 37,27% e 39,50%, respectivamente.

Na comparação com a Inspeção Correccional do ano de 2014, quando verificada a existência de 32,02% dos endereços de advogados com cadastro não unificado na Comarca, constata-se que não houve evolução na Unidade Judiciária.

### 3.2.3. Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
<b>Órgãos</b>	906 – 92,17%	77 – 7,83%	983
<b>Processos com Órgãos</b>	13.115 – 99,31%	91 – 0,69%	13.206

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.03.2015)

De acordo com o sistema informatizado inFOR, 92,17% do cadastro de órgãos do Foro de Cachoeirinha se encontra unificado. Verifica-se que 77 órgãos permanecem não unificados, mesmo número constatado quando da Inspeção Correccional do ano de 2014, refletindo ausência de evolução.

### 3.3. CADASTRAMENTO DE PETIÇÕES INICIAIS

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES				
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até jan)
Ação Anulatória	0	0	-	0
Ação Cautelar	5	3	-40,00%	0
Ação Civil Coletiva	0	1	-	0
Ação Civil Pública	1	1	0,00%	0
Ação de Cobrança de Contribuição Sindical	6	0	-100,00%	0
Ação de cobrança de honorários	0	0	-	0
Ação de consignação	56	14	-75,00%	0
Ação de cumprimento	37	1	-97,30%	0



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

Ação de indenização	21	11	-47,62%	0
Ação declaratória	2	1	-50,00%	0
Ação monitória	0	0	-	0
Ação possessória	0	0	-	0
Ação de repetição de indébito	0	0	-	0
Ação de representação sindical	1	0	-100,00%	0
Ação rescisória-instrução	0	0	-	0
Carta de Ordem	1	5	400,00%	0
Carta de sentença	6	6	0,00%	0
Carta precatória	819	263	-67,89%	0
Carta rogatória	0	0	-	0
DC/RDCV-instrução	0	0	-	0
Embargos de terceiro	52	41	-21,15%	1
Habeas corpus	0	0	-	0
Habeas data	0	0	-	0
Homologação	0	0	-	0
Inquérito	1	0	-100,00%	0
Mandado de segurança	0	1	-	0
Outros	4	1	-75,00%	0
Protesto	1	0	-100,00%	0
Reclamatória-ordinário	2.149	901	-58,07%	0
Reclamatória-sumaríssimo	249	86	-65,46%	0
Restauração de autos	0	0	-	0
TEE Outros	0	0	-	0
TEE ajuste de conduta MPT	0	1	-	0
TEE conciliação da CCP	0	0	-	0
TEE multa DRT	5	1	-80,00%	0
<b>TOTAL</b>	<b>3.416</b>	<b>1.338</b>	<b>-60,83%</b>	<b>1</b>
<b>MÉDIA POR MÊS</b>	<b>284,67</b>	<b>111,50</b>	<b>-60,83%</b>	<b>1,00</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 23.02.2015)

No ano de 2014, foram distribuídas 1.338 novas ações no Foro Trabalhista de Cachoeirinha, número inferior ao total de ações distribuídas em 2013 (3.416), refletindo redução de 60,83% na média mensal de distribuições.



Em número de ações, verificou-se significativa redução de reclamationárias trabalhistas do rito ordinário e sumaríssimo, na comparação com os dados de 2013, tendo ingressado 1.248 ações ordinárias e 163 processos sumaríssimos a menos, em 2014. Também se destaca a redução de 67,89% no número de cartas precatórias distribuídas em 2014, que caiu de 819 em 2013 para 263 em 2014.

Segundo o Coordenador, após a implantação do PJe aumentou o número de reclamationárias verbais, reduzidas a termo pelo Coordenador.

### 3.4. PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

Petições e documentos protocolados					
	1ª Vara	2ª Vara	Total	Dias úteis	Média/dia
2013	12.825	12.982	25.807	230	112,2
2014	12.331	12.374	24.705	233	106,03
Varição 2013-2014	-3,85%	-4,68%	-4,27%	1,30%	-5,50%
2015 (até jan)	417	341	758	48	15,79

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.03.2015)

Verificou-se, no sistema informatizado, que a Unidade Judiciária protocolou 24.705 petições e documentos em 2014. Esse número corresponde a uma média de 103,03 protocolos a cada dia útil no período. Na comparação com os números do ano anterior, verifica-se redução de 5,50% da média diária de petições e documentos protocolados.

As petições são protocoladas na Coordenadoria, inclusive as remetidas pelo sistema VIPE, e encaminhadas às Unidades Judiciárias duas vezes ao dia, pela manhã e ao final da tarde.

### 3.5. ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCR, incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. O arquivo das Varas do Trabalho de Cachoeirinha fica em sala contígua à Coordenadoria de Distribuição dos Feitos, no segundo andar do prédio. Os processos arquivados são encaminhados em guias/lotos pelas Varas do Trabalho. Ao receber os lotos de processos arquivados, é feita a conferência na listagem, processo por processo, para ver se em cada processo constante da listagem estão corretos os nomes das partes, se há o termo de remessa pela Unidade Judiciária, se está correto o número de volumes, e se foi observado o tamanho do lote (obrigatoriedade de 20 cm). Após, é colocado em cada lote uma folha padrão que será usada para registro de saída de processos por empréstimo às Varas do Trabalho ou para consulta



e/ou carga pelos advogados ou partes, e posterior remessa dos processos ao arquivo.

Conforme a vistoria feita na data da inspeção correcional, constatou-se a separação dos processos enviados para arquivamento por Vara do Trabalho. Os processos estão separados em lotes, com informação sobre a Vara a que estão vinculados, o número de ordem e o ano do arquivamento. O arquivo encontra-se bem organizado, de forma a tornar ágil a localização dos processos arquivados.

Esclareceu o Coordenador que, desde dezembro/2014, tem sido realizado trabalho conjunto com as Varas do Trabalho para auxiliá-las na conferência final do processo, verificando se efetivamente houve exclusão de reclamados com débitos já quitados do BNDT.

De acordo com os dados do sistema informatizado, no ano de 2014, foram encaminhadas 111 guias de arquivamento pela 1ª Vara do Trabalho de Cachoeirinha e 129 guias pela 2ª Vara do Trabalho, totalizando 240 guias de arquivamento no ano.

### **3.6. LIVRO CARGA DE ADVOGADOS**

A partir da análise do livro carga de processos arquivados, consultada no Sistema inFOR, em 03.03.2015, constatou-se inexistência de processos em carga com prazo de devolução excedido, sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes.

## **4. ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS**

### **4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS**

Conforme o disposto no art. 123 da CPCr, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento, não excedente a 6 meses, para fins de distribuição e cumprimento. Segundo as informações prestadas pelo Coordenador da Central de Mandados, a jurisdição do Foro Trabalhista de Cachoeirinha está dividida em 4 setores, com zoneamento definido por ruas, cujos responsáveis, atualmente, são:

**Setor 1 - servidor Marcelo Rodrigues Ortiz;**

**Setor 2 – servidor Felipe Barbosa Ferreira Gomes;**

**Setor 3 - servidor Felipe Costa Folador;**

**Setor 4 - servidora Zaira Maria Soares Pereira.**



Em cumprimento ao disposto no art. 123 da CPCR, o Coordenador da Central de Mandados atestou que o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores é feito a cada 2 meses.

## 4.2. DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS

Consoante o relato do Coordenador da Central de Mandados, a distribuição dos mandados é feita uma vez por semana, sempre às quartas-feiras. Nos casos de plantão, a distribuição é imediata. Nos mandados caracterizados como urgentes é avaliada a necessidade real de ser acionado o Oficial de Justiça daquela área com urgência ou se é possível aguardar a distribuição normal (quarta-feira).

O exame das certidões e dos autos lavrados pelos oficiais de justiça avaliadores é feito pelo Coordenador da Distribuição dos Feitos e, em seus impedimentos, por seu substituto legal, nos termos do art. 122, VIII, da CPCR. Após essa análise, a devolução e remessa dos mandados às Secretarias das Varas do Trabalho é feita no mesmo dia em que entregues os mandados pelo Oficial ou, no máximo, no dia seguinte.

## 4.3. EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

O processo judicial eletrônico (PJe-JT) foi implantado no Foro Trabalhista de Cachoeirinha em 23.5.2014. Assim, na Correição realizada na Unidade, em 08.4.2014, foram considerados exclusivamente mandados oriundos de processos que tramitavam no meio físico.

No período abrangido pela presente inspeção correcional coexistiram mandados oriundos de processos físicos e de processos eletrônicos.

### 4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Número de mandados recebidos para cumprimento – PROCESSOS FÍSICOS				
	1ª Vara	2ª Vara	Total	Média mensal
2013	1.166	1.015	2.181	181,75
2014	816	669	1.485	123,75
Varição 2013-2014	-30,02%	-34,09%	-31,91%	-31,91%
2015 (até jan)	43	39	82	82,00

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 23.02.2015)

Em 2014, considerando exclusivamente os processos físicos (o PJe-JT foi implantado no Foro Trabalhista de Cachoeirinha em **23.05.2014**), em 2014, a Central de Mandados de Cachoeirinha recebeu 816 mandados da 1ª Vara do



Trabalho e 669 da 2ª Vara do Trabalho, totalizando 1.485 mandados no período. Na comparação com o ano de 2013, constata-se que houve queda de 31,91% no número de mandados recebidos, **em meio físico**.

Em relação aos mandados recebidos oriundos de **processos eletrônicos (PJe)**, não há como apontar a efetiva quantidade, porquanto o sistema e-Gestão recupera como “recebidos” exclusivamente os mandados já cumpridos pelo oficial de justiça avaliador, não computando no total de “recebidos” aqueles ainda não cumpridos. Todavia, considerando aqueles ‘cumpridos’, foram 905 mandados em 2014, resultando na média mensal de 75,42.

Considerando a soma dos mandados recebidos em meio físico e aqueles distribuídos (e cumpridos) em meio eletrônico, a média mensal de mandados recebidos, que em 2013 era de 181,75, aumentou para 199,17 em 2014.

#### 4.3.2. Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS				
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até jan)
Busca e Apreensão	21	6	-71,43%	0
Citação	354	217	-38,70%	10
Condução de Testemunha	20	13	-35,00%	0
Notificação	1.096	682	-37,77%	13
Penhora	622	529	-14,95%	18
Outros	94	62	-34,04%	4
<b>Total</b>	<b>2.207</b>	<b>1.509</b>	<b>-31,63%</b>	<b>45</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 23.02.2015)

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2014	2015	Varição 2014-2015	2015 (até fev.)
<b>Notificação</b>	633	242	-61,77%	242
<b>Mandado</b>	270	132	-51,11%	132
<b>Ofícios</b>	2	4	100,00%	4
<b>Total</b>	<b>905</b>	<b>378</b>	<b>-58,23%</b>	<b>378</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 13.04.2015)



\* PJE implantado na Vara em 23.05.2014. Assim, o período é insuficiente para se estabelecer uma variação entre os anos de 2014 e 2015

Em 2014, foram cumpridos 1.509 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores, gerados em processos que tramitam em meio físico, e 905 oriundos de processos eletrônicos, totalizando 2.414 mandados cumpridos. Em 2013 foram cumpridos 2.207 mandados, constatando-se que, em 2014, o número de mandados cumpridos superou em 207 o ano de 2013. Considerando que o sistema não informa o total de mandados recebidos ainda não cumpridos no meio eletrônico, fica prejudicada a avaliação da produtividade dos oficiais de justiça.

Quanto aos tipos de mandados cumpridos pela Central de Mandados em 2014, as notificações registraram maior número (1.315), seguidas de mandados diversos (1.035), considerados processos físicos e eletrônicos.

#### 4.3.3. Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até jan)
Busca e Apreensão	14,90	14,67	-1,60%	-
Citação	11,68	11,49	-1,62%	9,40
Condução de Testemunha	11,50	15,38	33,78%	-
Notificação	7,09	9,32	31,43%	6,69
Penhora	18,73	16,24	-13,32%	12,94
Outros	7,74	12,77	64,94%	1,50
<b>Prazo médio geral</b>	<b>11,25</b>	<b>12,27</b>	<b>9,09%</b>	<b>9,33</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 23.02.2015)

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até fev.)
<b>Notificação</b>	-	7,18	-	9,16
<b>Mandado</b>	-	15,33	-	8,58
<b>Ofícios</b>	-	8,00	-	13,00
<b>Total</b>	-	<b>9,61</b>	-	<b>8,99</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 13.04.2015)



O cumprimento dos mandados oriundos de processos físicos pela Central de Mandados de Cachoeirinha passou de 11,25 dias em 2013 para 12,27 dias em 2014, representando acréscimo de 9,09%. O aumento dos prazos é verificado especialmente nos mandados de condução de testemunha, notificação e naqueles classificados como “outros”, ao passo que nos mandados de busca e apreensão, citação e penhoras verificou-se queda do prazo médio para cumprimento. Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado, constata-se que o prazo das penhoras é o mais moroso, levando, em média, 16,24 dias para cumprimento pelos oficiais de justiça avaliadores, seguido do prazo dos mandados de condução de testemunha, cuja média foi de 15,38 dias para cumprimento. Por outro lado, o cumprimento mais célere é verificado nas notificações (9,32 dias) e nas citações (11,49 dias).

Quanto aos mandados de processos eletrônicos, o lapso médio para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça avaliadores foi de 7,18 dias em 2014 para ‘notificações’ e de 15,33 dias para aqueles classificados como “mandado”.

#### 4.3.4. Número de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS						
	2013		2014		2015 (até jan)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Busca e Apreensão	17	80,95%	4	66,67%	0	-
Citação	184	51,98%	96	44,24%	4	40,00
Condução de Testemunha	8	40,00%	11	84,62%	0	-
Notificação	263	24,00%	236	34,60%	2	15,38
Penhora	424	68,17%	323	61,06%	6	33,33
Outros	30	31,91%	18	29,03%	0	0,00
<b>Total Geral</b>	<b>926</b>	<b>41,96%</b>	<b>688</b>	<b>45,59%</b>	<b>12</b>	<b>26,67</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 23.02.2015)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)						
	2013		2014		2015 (até fev.)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual



<b>Notificação</b>	-	-	166	68,60%	84	34,71%
<b>Mandados</b>	-	-	157	118,94%	47	35,61%
<b>Ofícios</b>	-	-	1	25,00%	2	50,00%
<b>Total</b>	-	-	<b>324</b>	<b>85,71%</b>	<b>133</b>	<b>35,19%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 13.04.2015)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o caput do art. 888, ambos da CLT).

Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, observa-se, em relação aos processos físicos, que foram devolvidos 688 mandados após o decurso do prazo legal em 2014, valor correspondente a 45,59% de todos os mandados cumpridos. Apesar de ter havido redução do número de mandados devolvidos com atraso (de 926 em 2013 para 688 em 2014), verifica-se ter havido aumento do percentual em relação ao total de mandados devolvidos com atraso, que alcançava 41,96% em 2013 e aumentou para 45,59% em 2014.

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, observa-se que foram devolvidos 324 mandados com atraso em 2014, equivalente a 85,71% de todos os mandados cumpridos.

Esclareceu o Coordenador que, frequentemente, em que pese expirado o prazo para cumprimento, o mandado é retido pelo Oficial de Justiça quando a reclamada se propõe a pagar, solicitando prazo. Nesse caso, o mandado permanece com o Oficial de Justiça até que a obrigação seja cumprida, no prazo requerido e ajustado. Esse procedimento reduz os ônus do processo, evitando penhora sobre bens que, levados a leilão, resultaram em valor insignificante e implicariam, de qualquer sorte, em acrescer as despesas processuais com pagamento de editais e honorários de leiloeiro, e satisfaz a parte credora.

#### 4.3.5 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados da Comarca de Cachoeirinha.

<b>FELIPE COSTA FOLADOR – Processos Físicos</b>						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até jan)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	03	03	02	02	00
Citação	00	102	97	47	45	02



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

Condução de Testemunha	00	06	06	03	03	00
Notificação	00	258	262	174	169	02
Penhora	00	141	132	169	171	06
Outros	00	27	27	14	14	00
<b>Total</b>	<b>00</b>	<b>537</b>	<b>527</b>	<b>409</b>	<b>404</b>	<b>10</b>

**FELIPE COSTA FOLADOR - Processos Eletrônicos (PJe-JT)**

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até fev.)	
	Devolvidos		Devolvidos		Devolvidos	
Notificação	-		155		55	
Mandado	-		62		16	
Ofício	-		00		01	
<b>Total</b>	-		<b>217</b>		<b>72</b>	

**FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES – Processos Físicos**

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até jan)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	00	00	00	00
Citação	00	00	00	12	12	03
Condução de Testemunha	00	00	00	02	02	00
Notificação	00	00	00	18	18	09
Penhora	00	00	00	30	30	05
Outros	00	00	00	09	09	00
<b>Total</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>71</b>	<b>71</b>	<b>17</b>

**FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES - Processos Eletrônicos (PJe-JT)**

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até fev.)	
	Devolvidos		Devolvidos		Devolvidos	
Notificação	-		128		55	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

Mandado	-	51	29
Ofício	-	00	00
<b>Total</b>	-	<b>179</b>	<b>84</b>

**MARCELO RODRIGUES ORTIZ – Processos Físicos**

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até jan)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	04	04	03	03	00
Citação	00	82	81	59	61	05
Condução de Testemunha	00	04	04	03	03	00
Notificação	00	282	282	168	168	02
Penhora	00	186	182	133	132	07
Outros	00	18	18	17	17	01
<b>Total</b>	<b>00</b>	<b>576</b>	<b>571</b>	<b>383</b>	<b>384</b>	<b>15</b>

**MARCELO RODRIGUES ORTIZ - Processos Eletrônicos (PJe-JT)**

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até fev.)	
	Devolvidos	Devolvidos	Devolvidos	Devolvidos	Devolvidos	Devolvidos
Notificação	-	168	65			
Mandado	-	70	34			
Ofício	-	00	01			
<b>Total</b>	-	<b>238</b>	<b>100</b>			

**ZAIRA MARIA SOARES PEREIRA – Processos Físicos**

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até jan)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	05	04	00	00	00
Citação	00	76	79	50	46	00
Condução de Testemunha	00	03	03	01	01	00



Notificação	00	296	300	158	149	00
Penhora	00	147	146	133	130	00
Outros	00	30	27	12	12	03
<b>Total</b>	<b>00</b>	<b>557</b>	<b>559</b>	<b>354</b>	<b>338</b>	<b>03</b>

<b>ZAIRA MARIA SOARES PEREIRA - Processos Eletrônicos (PJe-JT)</b>			
	Total em 2013	Total em 2014	Total em 2015 (até fev.)
	Devolvidos	Devolvidos	Devolvidos
Notificação	-	141	60
Mandado	-	71	47
Ofício	-	01	02
<b>Total</b>	-	<b>213</b>	<b>109</b>

## 5. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e a Central de Mandados encontram-se vinculadas a Foro Trabalhista de porte médio, em apoio a duas Varas do Trabalho, com movimentação processual relevante.

Na inspeção correcional se constatou que as unidades se encontram bem organizadas, tendo por Coordenador, atualmente, o servidor Moises Bandeira D'Elly, que assumiu o cargo em 21-7-2011.

Todos os servidores realizaram cursos de capacitação em número satisfatório de horas de treinamento. Na Coordenadoria, computaram, em média por servidor, 83 horas de cursos, nenhum relacionado ao PJe.

Em relação à Central de Mandados, foram cumpridas, em média por Executante de Mandado, 04 horas de curso em PJe e 155 horas de demais cursos.

Na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro, dos quatro servidores lotados, um atua na atividade de segurança.

Verificou-se, no período, correccionado, aumento de 79,03% na média de certidões negativas expedidas em 2014, na comparação com o ano de 2013. O aumento no percentual de unificação de dados cadastrais das reclamadas (de 14,85% em 2013 para 26,64% em 2014), órgãos (de 91,99% para 91,17%) e advogados foi pouco significativo, como apurado na Inspeção Correcional anterior. Ainda que reconhecidas as dificuldades, conforme apresentadas pelo Coordenador, devem ser envidados esforços para alcançar a unificação desses dados.

Em relação à Central de Mandados, observou-se em 2014 aumento no prazo médio geral de cumprimento dos mandados (que passou de 11,25 em 2013 para 12,27 dias em 2014), permanecendo acima do prazo legal de 9 dias.



Houve redução, em 2014, no número de mandados devolvidos em atraso, mas aumento no percentual em relação ao total de mandados recebidos em 2014, provavelmente porque no número de mandados recebidos oriundos de processos eletrônicos não estão computados os mandados ainda não cumpridos.

Durante a Inspeção Correcional, o Coordenador manifestou sua preocupação com as condições de segurança no entorno do prédio do Foro Trabalhista, esclarecendo que o terreno deste faz divisa com terreno de propriedade do Município de Cachoeirinha, sobre o qual existe um prédio abandonado, com fácil acesso para pessoas que ali se reúnem para o consumo de substâncias proibidas, e que não raras vezes praticam atos de vandalismo contra o Foro Trabalhista. Apontou janela danificada por pedrada, e a necessidade de aumentar a altura do muro na divisa, com colocação de cerca elétrica. Manifestou, também, a necessidade de mais um agente de segurança para atuação no Foro. A Juíza Diretora do Foro informou, por sua vez, que ao entardecer, se faz sempre necessário que o agente de segurança acompanhe, com armamento ostensivo, a saída dos carros da garagem do Foro, por medida de segurança. Foi dito pela Vice Corregedoria que encaminharia as questões relacionadas com a segurança do Foro Trabalhista de Cachoeirinha ao Sr. Diretor Geral, à SEMPRO e à SEGESP, para análise e providências.

## 6. RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

**ITEM 3.2.1, 3.2.2 e 3.2.3 (Unificação de dados cadastrais de reclamadas, advogados e órgãos)** – Recomenda-se que sejam envidados esforços no aumento dos índices de unificação de dados cadastrais de reclamadas, advogados e de órgãos.

**ITEM 3.6. (Livro carga de advogados)** – **Determina-se** a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, §1º, da CPCR.

**ITEM 4.3.3. (Tempo médio para cumprimento dos mandados)** – **Determina-se** sejam envidados esforços à redução do prazo médio para cumprimento dos mandados, especialmente os de penhora.

**ITEM 4.3.4. (Mandados devolvidos com atraso)** - **Determina-se** a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR, especialmente em relação aos mandados de penhora.

## 7. PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os juízes e os servidores da Unidade Judiciária, a Vice Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho da Comarca, das 15h às 16h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer



interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho, tendo comparecido, para esse fim, o Advogado Jeferson Rogério Lazzarotto (OAB/RS nº 46.690), Presidente da Subseção local, que teceu elogios aos juízes titulares e substitutos e servidores do Foro Trabalhista de Cachoeirinha.

## 8. PRAZO PARA RESPOSTA

O Coordenador deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Secretaria da Vice Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

## 9. ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Diretora do Foro Simone Maria Nunes Kunrath, pelo Coordenador Moisés Bandeira D'Elly e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Nádia Beatriz Dadalt, Assessora do Gabinete da Vice Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Vice Corregedora Regional.

**Carmen Gonzalez**  
**Vice Corregedora Regional**